

O presente despacho produz efeitos a partir de 28 de julho de 2015, ficando ratificados todos os atos praticados, pelo Diretor do Núcleo de Núcleo de Identificação, Qualificação e Gestão de Remunerações no âmbito das matérias por ela abrangidos, ao abrigo e nos termos do artigo 137.º do CPA.

14 de abril de 2016. — A Diretora da UPC, *Maria Fernanda Pereira da Silva Chora*.

209524267

## SAÚDE

### Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

#### Despacho n.º 5732/2016

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º e no artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no uso das competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 5273/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de abril de 2016, subdelego no conselho diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., com a faculdade de subdelegação nos seus membros, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito do procedimento pré-contratual de concurso limitado por prévia qualificação, relativo à contratação de bens e serviços para a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos à data de produção de efeitos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2016, de 23 de março, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes ora subdelegados.

19 de abril de 2016. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

209522299

#### Despacho n.º 5733/2016

Através do Despacho n.º 3155/2016, publicado no *Diário da República*, n.º 42, de 1 de março, foi criada a Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (CFE SPMS), incumbida de apoiar o membro do governo responsável pela área da saúde no exercício dos seus poderes de tutela, supervisão e controlo da política de centralização da aquisição de bens e serviços, desenvolvida pela Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E., no âmbito dos serviços prestados aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

De acordo com o disposto no n.º 3 do referido Despacho, a CFE SPMS é composta por três personalidades de reconhecido mérito, uma das quais preside, nomeadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3155/2016, publicado no *Diário da República*, n.º 42, de 1 de março, determino o seguinte:

1 — São nomeados membros da Comissão de Fiscalização Externa dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (CFE SPMS):

- Eng. Luís Augusto Sequeira, que preside;
- Dr. António Manuel Leal Lopes;
- Dr.ª Rosa Maria Bento de Matos Sécio Raposeiro.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 11 de abril de 2016.

20 de abril de 2016. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Martins dos Santos Delgado*.

#### Curriculum Vitae (abril 2016)

Nome: Luís Augusto Sequeira  
Data Nascimento: 23 de fevereiro de 1947  
Formação Académica

Licenciatura em Administração Militar, pela Academia Militar (1968);  
Licenciatura em Finanças, pelo ISEG — Lisboa (1976);  
Licenciatura em Engenharia Informática, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (1979);

Pós-graduação em França (CEPIA/INRIA): Implantação, Desenvolvimento e Controlo dos Sistemas de Gestão Informatizados (1981) e Conceção de Sistemas de Informação Automatizados (1984);

Estágios em França (Fundação SOPHIA ANTIPOLIS): Télécommunications et Entreprise (1990); Maitrise des Risques Informatiques (1992); Nouvelles Techniques de Télécommunications Téléactivités (1996); Méthodologies d'Aide aux Décisions — Systèmes d'Information (2000).

#### Actividade Docente

Professor Catedrático da Academia Militar em Informática de Gestão e Economia de empresas (1983 a 1987);  
Fundador do Centro de Estudos de Administração do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) (1999);  
Professor Associado da Universidade Moderna de 1993 a 2003 (Curso de Organização e Gestão de Empresas);  
Professor convidado do ISCTE e da Universidade Lusíada;

#### Atividade Profissional

Presidente do Conselho de Administração da EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (2009-2013);  
Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional (14 out 2005-31 out 2008);  
Diretor dos Serviços de Finanças do Exército (de 11 set 2000 a 30 set 2004);  
Consultor de empresas, designadamente: INDEP, EP; SOMIL, SA; MECTEL, SA; FILOR, L.ª, CDME Portugal, SA; LUSOMAX, L.ª; Hospital Pulido Valente; INFARMED; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA.

#### Outras Atividades

Membro da Ordem dos Economistas; Membro da Ordem dos Engenheiros;  
Presidente do Conselho Fiscal da Revista Militar;  
Vogal do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa de Consultores Seniores;  
Vogal do Conselho Fiscal da “Competitive Intelligence & Information Warfare Association” — Club (CIWAC);  
ISGec — Information Systems Governance European Club;  
SEFIN — Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Produtos e Serviços Financeiros;  
Associação 25 de Abril (sócio fundador)  
IDH — Instituto Humanismo e Desenvolvimento.

#### Nota curricular

António Manuel Leal Lopes reúne grande experiência como economista na área da saúde. Na qualidade de dirigente da Administração Pública, durante nove anos, na categoria de Diretor-Geral do Ministério dos Assuntos Sociais, repartiu as suas funções entre a administração da Federação das Caixas de Previdência e Abono de Família (FCPAF), onde implementou e coordenou, a nível nacional, a autonomização dos serviços de ação médico-social da Previdência (1975 e 1976) e a administração dos Serviços Médico-Sociais (SMS), após a sua transferência para a área da saúde (1977), tendo presidido à sua Comissão Instaladora (1977 a 1983).

Integrou, o Grupo de Trabalho que elaborou o ante projeto das bases do Serviço Nacional de Saúde (1978).

Integrou, também, a Comissão Coordenadora de Financiamento dos Serviços de Saúde (1978), incumbida de elaborar, globalmente e de forma unificada, o orçamento da saúde, na esfera do Ministério dos Assuntos Sociais.

Representou Portugal na reunião Luso-Espanhola sobre problemas de saúde, realizada em Madrid (1978). Representou, também, Portugal no Conselho da Europa, nos sectores da Segurança Social e da Saúde, tendo, ainda, participado nas negociações da Convenção Luso Alemã da Segurança Social em Bonn (1980) e na Comissão Mista Luso Francesa de Segurança Social, em Paris (1983).

No seu curriculum constam nove anos nas áreas de gestão pública nos sectores de saúde e segurança social.

Desde 1983, que desenvolve a consultoria económica financeira, no sector da saúde, como profissional liberal, tendo integrado o Conselho Técnico da Portugal Telecom, Associação de Cuidados de Saúde (PTACS) (1995 a 2010) e prestado serviços ao Centro Médico Nacional, L.ª (NMC), (1985 a 1994), na área específica da hemodiálise, à Associação Nacional das Farmácias (1995 a 2011), à Associação Portuguesa de Analistas Clínicos (2009 a 2013) e à Ordem dos Farmacêuticos (2010 a 2015) e a uma variedade de empresas privadas no sector da saúde.

Foi louvado, publicamente, em *Diário da República*, por três vezes, nos mandatos do I e II Governos Constitucionais.

Foi agraciado, por duas vezes, com condecorações.